Contribuição para uma teoria das práticas do ambientalismo*

*Héctor Ricardo Leis*** & *José Luis D'Amato****

(**) Professor dos programas de Pós-graduação em Sociologia Política e de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – Sociedade e Meio Ambiente, CFG/UFSC.

(***) Psicólogo, presidente da Fundação Casa Ecológica (Córdoba, Argentina)

Resumo

Embora o ambientalismo tenha uma existência perfeitamente situada na esfera político-social, a rigor, uma teoria explicativa deste movimento transcende o horizonte das ciências sociais e políticas porque seus sentidos devem ser procurados tanto nos campos da filosofia e da religião, como nos das ciências humanas em geral. Neste trabalho se tratará de

Abstract

Although environmentalism can be situated perfectly well in the social political sphere, an explanation of this movement transcends the social sciences horizon because its meaning must be searched as much in the philosophical and religious field as in the human sciences in general.

* Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no Workshop/Seminário: A Economia da Sustentabilidade: Princípios, Desafios, Aplicações (organizado pela Fundação Joaquim Nabuco no Engenho Massangana, de 12 a 16/09/94), e posteriormente publicada nos anais do dito encontro, organizado por Clóvis Cavalcanti (Desenvolvimento e Natureza, Recife/São Paulo : Fundação Joaquim Nabuco / Cortez, 1995).

exemplificar esta pluralidade e variedade de sentidos do ambientalismo, abordando algumas de suas dimensões. A primeira a focalizar será a dimensão histórica, mostrando a pluralidade de tendências, tempos e caraterísticas dos setores que integram o ambientalismo. A segunda será a dimensão ética, mostrando também a pluralidade e caraterísticas das opções do ambientalismo, seus vínculos com a diversidade dos atores, mostrados anteriormente, e sua aproximação ao campo tradicional das religiões. A terceira, partindo da teoria dos tipos psicológicos propostos por Jung, tratará de repensar as anteriores, opções éticas do ambientalismo, dando um marco para interpretar as interações (cooperativas e conflictivas) entre os diversos componentes e tendências do ambientalismo, assim como entre estes e os atores não-ambientalizados. As conclusões do artigo apontam para a construção de uma teoria abrangente na qual a diversidade e complexidade das expressões do ambientalismo sejam explicadas a partir da soma de suas interações (e não a partir de sentidos e comportamentos definidos unilateralmente).

In this work, the pluralism and variety of the environmentalism senses will be explained dealing with some of its dimensions. The first approach to be addressed is the historical dimension showing the pluralism of its tendencies, and the temporal features that integrate the environmentalism. The second one concerns the ethic dimension, also showing the variety and features of the environmentalism options, its links with the diversity of players and the approaching with the traditional religious fields. The third, starting with the psychological types proposed by Young will re-think the former ethic options of the environmentalism, giving a framework to interpret the interactions (cooperative and conflictive) among the various components and environmental tendencies and between these and the rest of the society. The conclusions of this article points to a construction of a wide theory in which the diversity and complexity of the environmentalism are explained from the sum of its interactions (and not from the unilateral defined senses and behavior).

Na Natureza há um eterno viver, um eterno devir, um eterno movimento, embora não avance um passo.
Transforma-se eternamente, e não tem um momento de pausa.
Não sabe deter-se, e cobre de maldições a pausa.
No entanto está parada, o seu passo é comedido,
as suas excepções raras, as suas leis imutáveis.

W. Goethe (Die Natur, 1780)

Introdução

A maioria dos estudos do ambientalismo originam-se no campo das ciências sociais e políticas, descuidando-se aspectos e componentes que não correspondam aos objetos destas disciplinas. Assim, as abordagens teóricas mais tradicionais consideram o ambientalismo como um grupo de pressão ou interesse, como um novo movimento social ou como um movimento histórico (Viola, 1992). De acordo com a primeira perspectiva, o ambientalismo seria um grupo interno ao sistema político, que se constitui a partir de uma demanda de proteção ambiental para problemas bem definidos, sem contestar ou desafiar aspectos mais normativos e gerais do funcionamento da sociedade. No ambientalismo, entendido como novo movimento social, significa que a questão ecológica é tratada de forma crítica e alternativa em relação à ordem existente, sendo contextualizada de um modo fortemente normativo (tal como acontece com as questões do pacifismo e feminismo). A terceira perspectiva assume que o atual modelo de desenvolvimento é insustentável a médio ou longo prazo e, que as transformações necessárias supõem a existência de um movimento multissetorial e global, capaz de mudar os principais eixos civilizatórios da sociedade contemporânea.

Dentro do universo das ciências políticas e sociais, esse último enfoque é o mais completo e adequado para interpretar as idéias e as práticas ambientalistas presentes no cenário mundial. Não obstante, a intenção deste ensaio é ampliar este horizonte de modo convergente a outros campos do conhecimento. O pressuposto principal que orienta este esforço estabelece uma

íntima conexão entre a psique do ser humano, a sociedade e a realidade em geral ou, em outras palavras, entre as leis que regulam a evolução da alma humana e a evolução da vida em geral. Isto não quer dizer que a sociedade humana esteja biologicamente determinada. Como diz Bergson: "Não acreditamos na fatalidade da história. Não existe obstáculo que não possa ser superado por vontades suficientemente preparadas, se a decisão é tomada no momento oportuno. Não existe, então, lei histórica inelutável. Porém existem leis biológicas e as sociedades humanas, quanto certo sentido desejadas pela Natureza, dependem da biologia." (Bergson, 1946, p. 362).

A sociedade não é natural nem artificial, senão ambas as coisas: um sistema complexo que não pode ser reduzido a nenhum de seus aspectos. A sociedade humana está situada e depende tanto da biosfera como da cultura (Laszlo, 1987). Partindo desta ótica, o sentido dos grandes acontecimentos não pode ser medido em termos de sua contribuição a um progresso social ou tecnológico, considerado independentemente do progresso moral da humanidade e da evolução da vida em geral. É neste sentido amplo, transcendendo um plano estritamente histórico, que entendemos o ambientalismo como um movimento **vital** (transsocial e político).

A rigor, a crise ecológica põe em evidência o drama de toda civilização. A humanidade vive em duas realidades. Em uma mais permanente, do planeta Terra, e em outra mais passageira, que resulta da ação humana que costumamos chamar de Mundo (Caldwell, 1990). No entanto a Terra é uma unidade formada por ecossistemas altamente integrados, já o Mundo se apresenta ao contrário, como uma realidade composta de sistemas culturais, sociais, políticos e naturais, nos quais seus elementos se apresentam com um maior grau de desintegração e conflito do que cooperação e solidariedade. A crise ecológica origina-se nesta dualidade Terra-Mundo, ou melhor, na radicalidade desta dualidade em tempos modernos, já que ela é inerente ao princípio ativo da civilização e, portanto, inevitável. O ambientalismo expressa, então, uma tendência vital e orgâni-

ca de caráter defensiva, conseqüência da alta entropia de nosso modelo civilizatório.

Os dados disponíveis permitem afirmar responsavelmente que o desafio ecológico à humanidade supera claramente as capacidades existentes na ciência e na tecnologia (Brown, 1993). Do mesmo modo, pensamos que uma análise consistente do ambientalismo não pode ficar restrito às ciências sociais e políticas e deve pedir ajuda, tanto às ciências humanas como à religião e à cultura em geral. Partindo deste pressuposto, tentaremos aqui uma abordagem ampla do ambientalismo, considerando de forma interrelacionada suas dimensões histórico-social, ética e vivencial-psicológica.[1]

A dimensão histórico-social do ambientalismo vital

A essência de um movimento vital consiste em desenvolver-se na forma de um feixe de correntes sinérgicas que correm em diversas direções e que compõem um quadro de grande riqueza cultural e força histórica (Bergson, 1946). A recente emergência histórica-social do ambientalismo se adequa plenamente a esta concepção bergsoniana. Os antecedentes das idéias ecológicas ("estética" ecológica) remontam ao século XIX (ou até antes), mas o ambientalismo, no entanto, causa e efeito de uma profunda mudança de mentalidade, recém começa a aparecer no significativo contexto pós II Guerra Mundial, basicamente nos anos 50 e 60 (McCormick, 1992). A expansão do *ethos* ecológico se manifesta em forma constante desde aqueles anos. Existe hoje abundante pesquisa empírica que mostra a aparição gradual e ampliada de novos valores que transcendem à orientação para as necessidades humanas básicas, própria dos valores tradicionais (chamados "materialistas" pela literatura especializada em cultura política) (Inglehart, 1990). O avanço das novas

[1] Neste sentido, deve-se observar que este trabalho incorpora a dimensão vivencial-psicológica à reflexão, iniciada em trabalhos anteriores, sobre as outras duas dimensões; ver: Leis, 1992a e 1992b.

gerações em direção a valores ecológicos (e outros, do tipo "pós-materialista") se manifesta, precisamente, a partir daqueles anos. Num primeiro momento, estas mudanças de valores surgem em forma, relativamente, indiferenciada nas populações dos países desenvolvidos, afetando posteriormente, de uma ou outra forma os demais países (Viola y Leis, 1991). Mas, curiosamente, ainda que o fato esteja perfeitamente registrado, não existem análises que enquadrem e reflitam, de um ponto de vista próximo à filosofia da história, sobre o processo de emergência e expansão do ambientalismo nos diversos setores da sociedade a nível mundial. Processo que não é linear nem indiferenciado, senão multilinear, por "ondas" de tipo setorial-convergentes.[2]

A primeira aparição significativa do ambientalismo a nível mundial, registra-se no campo científico. Embora as primeiras fases dos estudos de ecologia já existam há mais de um século, a penetração da preocupação ecológica na comunidade acadêmica está datada dos anos '50. Mencionemos que a idéia de Ecossistema e a Teoria Geral dos Sistemas (da maior importância para a extensão da ecologia às ciências humanas e outros campos) pertencem a essa década. Todavia, certamente, os fatos fundamentais para marcar essa emergência foram a fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN) em 1948, criada por um grupo de cientistas vinculados às Nações Unidas, e à realização da Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos (Lake Success, NY, 1949). Conferência que, a rigor, representa o primeiro grande acontecimento no surgimento do ambientalismo mundial (a Conferência de Estocolmo é o segundo grande acontecimento) (McCormick, 1992).

Para observar a emergência do ambientalismo, a nível dos atores do sistema social propriamente ditos, devemos ir aos anos '60. Diversos grupos e organizações não-governamentais (ONGs)

---

[2] O conceito de ambientalismo multissetorial foi originariamente elaborado no Brasil por Eduardo J. Viola e outros; ver: Viola, 1992; Viola e Boeira, 1990; Viola e Leis, 1992 e 1993.

começam a aparecer e a crescer de forma exponencial a partir daqueles anos (Durrell, 1986; Caldwell, 1990; McCormick, 1992; Viola e Leis, 1991). O Fundo para a Vida Selvagem (WWF), a primeira ONG ambiental de aspecto verdadeiramente mundial, foi criado em 1961.

Se nos anos '60 a preocupação científica pela questão ecológica está já consolidada e projetando-se sobre a opinião pública mundial (Rachel Carson publica seu famoso *Silent Spring* em 1962, e a partir de 1968 o Clube de Roma começa a trabalhar na série de seus famosos relatórios científicos), do mesmo modo, nos anos '70, o ambientalismo não-governamental se encontra firmemente institucionalizado dentro das sociedades americana e européia. A década de 70, fortemente marcada pela Conferência de Estocolmo (1972), registrou o começo da preocupação do sistema político (governos e partidos). Nesta década assistimos à emergência e expansão das agências estatais de meio ambiente, assim como do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e, consequentemente, na década seguinte, já encontramos os partidos verdes tendo um expressivo papel (o Partido Verde Alemão chegou ao Bundestag em 1983) e ao sistema político partidário da maior parte das democracias ocidentais numa fase de absorção e institucionalização das questões ambientais.

Continuando com o "esquema" pode-se dizer que, se nos anos '50 emergiu o ambientalismo dos cientistas, nos '60 o das ONGs e nos '70 o dos atores políticos e estatais (tendo todos eles praticamente seu apogeu na década seguinte), nos anos '80, o "Relatório Brundtland" (da chamada "Comissão Brundtland" criada em 1983 e que publicou o relatório *Our Common Future*, em 1987), encontramos a largada dos atores vinculados ao sistema econômico (Drucker, 1989; Schmidheiny, 1992).

Vinculadas ao conceito de "desenvolvimento sustentável" e à idéia de um mercado verde, as empresas dos anos '90 começam rapidamente a recuperar o tempo perdido, abandonando de forma gradual as atitudes negativas em relação às questões

ambientais. No contexto desta emergência e expansão por "ondas" sucessivas e convergentes, encontramos nos anos '90 um ambientalismo projetado sobre as realidades locais e globais, abrangendo os principais espaços da sociedade civil, do estado e do mercado. O ambientalismo deste final de século, tal como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o Fórum Global (Rio-92), adota um perfil complexo e multidimensional, de grande iniciativa e capacidade de ação ética e comunicativa, que o habilita para se constituir num eixo civilizatório fundamental, em direção a uma maior cooperação e solidariedade entre nações, povos, culturas, espécies e indivíduos (Leis, 1993).

Acreditamos que esta análise deve ser aprofundada. Nossa hipótese é a de que, se a expansão setorial e a evolução do ambientalismo se interromper, no ponto em que chegou, após o ingresso do setor empresarial, neste caso devemos considerar que o ambientalismo corre sérios riscos de não se constituir plenamente como um movimento vital, capaz de responder à crise ecológica. O desenvolvimento do ambientalismo supõe, estritamente, a continuidade do processo de mudanças de mentalidade e comportamento ético, no sentido mais qualitativo e complexo; supõe ainda a necessidade imediata de uma presença mais significativa dentro do ambientalismo de valores e práticas **espirituais** interagindo fortemente com o restante dos elementos do universo ambientalista descrito.

Seria ingênuo não perceber que um ambientalismo, que nas últimas duas décadas vem recebendo a forte influência e participação de atores provenientes dos setores político e econômico, marcados por valores e práticas tradicionais orientadas para o conflito e a competição nos terrenos materiais da riqueza e do poder, corre sérios riscos de ser colonizado e perder sua força ética e vital. A rigor, o processo de emergência do ambientalismo tem partido, nos anos '50 e '60 de setores, como dos cientistas e das ONGs, que normalmente possuem valores e práticas muito mais orientados à cooperação e à solidariedade do que os políticos e empresários. Nos parece evidente, então,

que o equilíbrio interno do ambientalismo multissetorial demanda e convoca a participação de atores provenientes do campo religioso. O ingresso de um setor profundamente comprometido com valores espirituais que possam somar-se aos existentes, contribuirão decisivamente para estruturar e funcionalizar sinergicamente a crescente complexidade e multidimensionalidade do ambientalismo, revertendo a atual tendência, relativamente, declinante de sua evolução ética.

De acordo com nossa percepção, a partir da Rio-92, o setor religioso está emitindo sinais muito nítidos de querer ocupar o nicho dos '90 (logo após o setor empresarial que entrou nos '80) (Leis, 1993). Nestes últimos anos o tema ecológico vem recebendo uma crescente atenção teológica (Boff, 1993; Capra e Steindl-Rast, 1993); começando também a ocupar um espaço destacado dentro das atividades das igrejas (tal como ficou registrado nos 25 números publicados da revista *The New Road* (1987-93), pertencente a uma rede conservacionista religiosa organizada pela WWF). Outrossim, a preocupação ecológica aparece, cada vez com mais força, nos discursos das principais lideranças religiosas do mundo, como João Paulo II e o Dalai Lama, e nos documentos dos principais encontros inter-religiosos (tal como se comprovou em Chicago, em Julho de 1993, no texto "Ética Global", resultante do II Encontro do Parlamento das Religiões do Mundo). Embora seja futurologia prever a força que este setor alcançará nas próximas décadas, não podemos evitar de chamar a atenção para o fato que esta entrada estaria acontecendo num período, muito provavelmente, marcado pela aparição dos primeiros sintomas irreversíveis e inocultáveis, para grande massa da população mundial, de danos à vida humana e natural do planeta, por causa de nossa descontrolada ação "civilizatória" (toxicidade radioativa de mares e atmosfera, escassez de água potável, mudança climática global pronunciada, buraco permanente na camada de ozônio, etc.). Nossa hipótese (que continuaremos ampliando nas seções seguintes) é que, em torno destas circunstâncias, as diversas vertentes do ambientalismo poderão chegar a constituir-se num movimento

vital em condições de ser o berço da *transfiguração* do atual ciclo civilizatório (no sentido que Toynbee (1985) dá a esse termo, como um duplo movimento de "retiro" (desapego) de uma vida material em decomposição e "retorno" (criação) de uma nova realidade material e espiritual).

A dimensão ética do ambientalismo

A emergência e desenvolvimento de um setor religioso e espiritual do ambientalismo não se deduz de um desejo extemporâneo de alguns de seus membros para transformar o conjunto de suas vertentes num sentido mais sinérgico e cooperativo. Um ambientalismo laico não tem condições de perceber as causas profundas da crise ecológica, nem de avaliar sua gravidade. A inibição e repressão da sensibilidade religiosa e da espiritualidade em geral, sofrida por nossa civilização especialmente a partir dos séculos XVIII e XIX, não deve ser atribuída a aspectos secundários das mudanças da época. Essa repressão (chamada também de "secularização") foi uma condição indispensável para o "progresso", entendido como o desenvolvimento de um modelo organizado por uma razão instrumental centrada na realização de interesses individuais contra interesses comuns relacionados à sociedade e à natureza (Roszak, 1973).

A crise ecológica (pensada inclusive sem catastrofismos) não tem alternativas realistas fora de um ambientalismo sustentado numa ética complexa e multidimensional que recupere o sentido da fraternidade, o sentido espiritual da vida social e natural. A modernidade reduziu a visão orgânica e transcendente do mundo clássico e medieval à uma visão guiada pela autopreservação (Habermas, 1973). Porém, o relativismo ético das políticas de autopreservação em vigor, não parece garantila, senão ao contrário. A necessidade de "inverter" a inversão moderna, representada pela emergência e evolução de um ambientalismo multissetorial global de forte raiz ética, se deriva do caráter integral da crise ecológica, afetando todas as dimensões do relacionamento humano. A crise ecológica não é apenas

um resultado "indesejado" do modelo, é um desencontro dos **mortais** com suas raízes. Raízes que se revelam nas perguntas ancestrais do pensamento humano.

A compreensão de que a relação homem-natureza é um ponto central da problemática ética deve ser assumida como um dos maiores progressos da recente história intelectual do Ocidente (Nash, 1989). O surgimento de uma ética ecológica representa uma expansão e recuperação dramática da experiência moral da humanidade, embora ela seja ainda um processo em gestação pouco teorizado. Suas alternativas se encontram atravessadas por contradições que dificultam sua análise e avaliação, assim como sua correta articulação com outros campos do conhecimento. Embora não pretendamos ignorar a enorme quantidade de problemas que ela coloca em pauta, trataremos de apontar as características de suas principais tendências e derivações.

Está fora de dúvida que a presença do ambientalismo no cenário internacional tem trazido uma renovação do debate ético e filosófico. Porém, um exagerado (e talvez inevitável) caráter afirmativo do ambientalismo nas primeiras décadas de sua emergência (marcados pelos atores provenientes do campo científico e não-governamental) fez ele introduzir-se no debate público, com posições muito relativas às preexistentes, produzindo polarizações e visões dicotômicas nem sempre recomendáveis. Nessa fase da sua evolução, era comum colocar-se a ética-ecológica numa luta maniqueísta entre uma série de atitudes e valores positivos e outras de valores negativos. De um lado ficaria o espectro do biocentrismo, do preservacionismo, do retorno à natureza, e do outro o espectro do antropocentrismo, do utilitarismo, da "conquista" da natureza (Worster, 1977). Este maniqueísmo, embora tenha sido funcional ao crescimento do ambientalismo num primeiro momento, passou posteriormente a ser contraditório corn sua evolução e foi sendo progressivamente abandonado quando o ambientalismo ingressou, nos anos '70 e '80, numa fase multissetorial mais nítida. Este maniqueísmo não é compatível com a principal missão do ambientalismo: servir, não como fatores de oposição, senão de convergência e superação das po-

laridades existentes na nossa civilização, autênticas raízes da crise ecológica. A ética ecológica se constitui como o "justo meio" entre um *ethos* artificialista e outro naturalista; do mesmo modo que no campo da ação social o ambientalismo se expressa também como um "justo meio" entre as orientações das duas "ideologias" mais populares surgidas no mundo moderno. O ambientalismo se situa entre o otimismo de um economicismo neoclássico (para o qual a expansão do mercado e as revoluções tecnológicas garantem um crescimento econômico permanente que resolveria todos os problemas) e o pessimismo de um biologismo malthusiano, que sempre espera um colapso da humanidade devido ao crescimento descontrolado da população ou à redução dos limites do meio ambiente para esse crescimento. O ambientalismo se coloca, paradoxalmente, no meio de duas visões equivalentes do ponto de vista ético, já que tanto o pessimismo de uma, quanto o otimismo da outra, se apoiam na suposta incapacidade da consciência humana para alcançar o bem comum e regular a vida social (num caso o mercado resolve e no outro ninguém resolve) (Guha, 1990). E o ambientalismo pode se situar no "justo meio" porque para cuidar da relação sociedade-natureza não apela, nem confia em soluções técnicas, ou determinismos históricos, senão numa mudança de valores e atitudes básicas de inspiração ética. (A crise sócio-ambiental do mundo atual, especialmente no Terceiro Mundo, está levando muitos tecnocratas e políticos a reconhecerem que as causas de seus problemas não são, tanto, carências técnicas senão de governabilidade política; embora pareça razoável essa tardia comprovação, torna-se necessário ir mais além e afirmar que, a rigor, as causas da crise se resumem num profundo déficit ético).

A comum procura de uma transformação da realidade por parte do extenso leque dos ambientalismos existentes ganha intensidade e alcances diversos, de acordo com a forma que cada um tem em compreender e assumir o complexo vínculo cultural estabelecido entre a sociedade e a natureza (Simmons, 1993). Vínculo que, desde o campo da ética pode ser analisado através dos valores associados às relações homem-natureza e homem-

-sociedade. A fim de melhor apresentar a complexa e multidimensional problemática da ética ecológica, embora conhecendo os riscos de qualquer classificação ou tipologia, procuraremos organizar um esquema interpretativo. Do mesmo modo que na seção anterior, não aspiramos aqui enquadrar de forma precisa a tudo e a todos (o que nos obrigaria a um arriscado recorte de autores e problemas em departamentos estanques), nos interessa, pelo contrário, construir um esquema ou tipologia ideal que permita compreender as principais correntes da ética ecológica como partes de um todo, ressaltando sua fluidez, circulação interna e sentido de sua evolução global.

Podemos então contextualizar a ética ecológica num duplo esquema fornecido pela sociedade e pela natureza, onde em cada caso o que interessa é a maior aproximação e identificação dos valores e das práticas do ambientalismo com as perspectivas definidas por dois princípios gerais (com capacidade equivalente para orientar e organizar esses universos de relações do homem): os princípios de **inclusão** (ou de união) e de **exclusão** (ou de separação). Combinando as duas dimensões (sociedade e natureza) e esses dois princípios, e colocando-se nomes tentativos para as quatro colunas ou orientações gerais, obteremos quatro subdivisões (mais uma quinta na interseção das anteriores) categorizadas com letras gregas. Ver o seguinte quadro:

QUADRO I – Vertentes da Ética Ecológica

Relação Homem/Sociedade	**Relação Homem/Natureza**	Princípio de exclusão: **Antropocentrismo**	Princípio de Inclusão: **Biocentrismo**
Princípio de Inclusão: **Comunitarismo** (ou coletivismo)		"**beta**"	"**delta**"
		"ômega"	
Princípio de exclusão: **Individualismo**		"**alfa**"	"**gama**"

O eixo das categorias "alfa" e "beta" (antropocêntrico) enquadra aquelas posições que, em relação à "gama" e "delta" (biocêntrico), defendem valores e atitudes que privilegiam ética-

ontologicamente a espécie humana e, portanto, estabelecem uma distância valorativa entre o homem e a natureza. Inversamente, o eixo oposto agrupa as posições que defendem uma maior aproximação entre estes elementos. Do mesmo modo, o eixo "alfa" e "gama" (individualista) postula uma prioridade ético-ontológica do indivíduo e, portanto, uma distância valorativa entre o indivíduo e a sociedade, que não se encontra em "beta" e "delta" (comunitária ou coletivista), que tem uma inspiração de integração dos indivíduos na sociedade. O cruzamento destes eixos permite combinar as características mencionadas e cobrir o amplo espectro das vertentes da ética ecológica. Assim, "alfa" faz referência a valores e práticas, orientadas numa direção que enfatizam aspectos individualistas e antropocêntricos; "beta" privilegia uma perspectiva antropocêntrica e comunitária; "gama" se direciona prioritariamente de um modo biocêntrico, ainda que individualista; e "delta" prioriza aspectos biocêntricos e comunitários e/ou coletivistas.

Não havendo necessidade de imaginar uma ética radicalmente nova, o fator ecológico se introduz como uma adjetivação branda que permite que "alfa" seja praticamente a "porta de entrada" dos atores dominantes dos sistemas econômico e político que manifestam preocupações ambientais. Neste sentido, vale a pena chamar a atenção para o fato paradoxal que, não obstante ser a vertente mais próxima dos valores e práticas dominantes, dentro de ambientalismo multissetorial, ela tem emergido com força, embora tardiamente, nos anos '80 (como já vimos na seção anterior). Sua projeção sócio-política a torna, de fato, uma vertente neoliberal e neoconservadora. A tendência "alfa" pressupõe que os descobrimentos da ecologia e a emergência do ambientalismo em geral não supõem uma revolução ética, senão simplesmente pensamentos e atitudes melhor informados e precisos, que ampliem e complementem os, já existentes, direitos e obrigações morais (McCloskey, 1983). Segundo esta vertente, o papel do ambientalismo é mostrar ao homem suas responsabilidades (antes ignoradas) na extinção de espécies, depredação de recursos, contaminação do ar e da água,

crescimento demográfico, etc. Se os direitos e obrigações morais que se referem à vida, à saúde, à justiça, entre outros são atualizados ecologicamente, o próprio interesse egoísta do homem o levará a se preocupar com o meio ambiente como um modo de se autopreservar. Um pressuposto básico de "alfa" é assumir que não existem valores e motivações fora de uma perspectiva individual e antropocêntrica e que, portanto, é a única vertente realista. Este realismo tem levado precisamente alguns autores afirmar que um paradigma-estratégia ecológico, chamado de "bote salva-vidas", que constrói um perigoso cenário político hobessiano onde, em princípio, só os países (e implicitamente os indivíduos) mais ricos e poderosos teriam direito a salvar-se (Hardin, 1974).

A vertente "beta", ainda que mantendo uma orientação antropocêntrica, prefere a cooperação à competição dentro da sociedade, manifestando assim sua divergência principal com "alfa". Esta visão mais comunitária recebe às vezes o nome de ecologia social (Bookchin, 1980 e 1982). Em relação ao ambientalismo ético-realista anterior percebemos aqui uma certa distância crítica de caráter mais utópico. Já vimos que um pressuposto de "alfa" era que o cálculo egoísta, informado ecologicamente, servia perfeitamente para orientar nosso comportamento ético. Os autores e tendências que se identificam com "beta", ainda que não reconhecendo a necessidade de criar uma ética ecológica tão radicalmente nova quanto vem a ser o caso dos que se alinham na variante biocêntrica, reivindicam a necessidade de mudar todos os valores associados ao individualismo, que é considerado responsável direto pela crise ecológica. Segundo eles, o ambientalismo é incompatível com a lógica de competição inerente ao individualismo. A crítica não apenas atinge o capitalismo, estendendo-se também à economia de escala hipertecnológica, à racionalidade instrumental, ao sistema patriarcal e ao conjunto de relações que estabelecem hierarquias ou desigualdades entre os seres humanos (sejam de classe, gênero, raça, idade, etc.). "Beta" não criticará apenas "alfa", se-

não também o biocentrismo em geral, por sua suposta incapacidade de reconhecer que a harmonização homem-natureza não pode ser independente da harmonização das relações sociais, sendo estas as prioritárias (Eckersley, 1992).

O biocentrismo é responsável não apenas por ter atraído muito a atenção pública para questões ambientais e introduzido com veemência temas ecológicos no debate de idéias, senão por ter inspirado a criação de um enorme número de associações e organizações não-governamentais preservacionistas e conservacionistas de todo tipo. Neste sentido, pode-se dizer que "gama" foi a tendência mais expressiva dos anos '60 e parte dos '70, quando eram essas organizações as que davam a marca principal do ambientalismo. A vertente "gama" pretende constituir uma ética ecológica num sentido forte. No entanto, por suas características, ela apresenta alguns problemas interpretativos. As dificuldades aparecem especialmente no cruzamento com a relação homem-sociedade, à qual tende a descaracterizar-se em função do desinteresse da mentalidade biocêntrica pela problemática social, impedindo assim determinar pacificamente qual seja a orientação principal, se a individualista ou a comunitária. O particular biocentrismo de "gama" pode associar-se claramente às tantas entidades existentes, em todas as partes do planeta, preocupadas com a flora e a fauna (o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF) é um exemplo típico). Mas "gama" enquadra também outros atores menos típicos, como os defensores (chamados de "liberacionistas") dos animais, preocupados com seus direitos "individuais" (Regan, 1983). Mas a análise se complica com as teorias conhecidas pelo nome de *deep ecology* (Devall e Sessions, 1985), que em boa medida adotaram esse nome para se distinguir das posições de "alfa", às quais qualificavam de "ambientalismo superficial" (mas para se distinguir também de algumas vertentes de "beta", tal como aconteceu com os "fundis" em relação aos "realos" no Partido Verde Alemão (Spretnak e Capra, 1986), e até de vertentes da própria "gama", especialmente por causa das escassas implicações desta perspectiva nas reivindicações do Terceiro Mundo, tal como critica

freqüentemente a revista *The Ecologist*). Os ambientalistas da *deep ecology* estão em geral identificados com um holismo ético, baseado no valor inerente da natureza e na igualdade das espécies dentro da comunidade biótica, que abre a possibilidade de serem enquadrados em "delta". Mas, ainda que a *deep ecology* submeta à severa crítica o conceito do "ego" (e por extensão ao individualismo) predominante na cultura ocidental atual, nossa análise não pode ignorar o fato de que sua proposta de autorealização humana é acompanhada por uma relativa incapacidade para equacionar os problemas da natureza com os da sociedade (Dryzek e Lester, 1989). Esta incapacidade talvez não tenha um melhor exemplo do que no comportamento da entidade americana *Earth First!*, onde seu ambientalismo "profundo" se expressa, numa clara ordem de prioridades, que coloca os problemas das populações dos países pobres, e portanto as relações da comunidade humana como um todo, muito depois dos problemas das florestas (Young, 1990). O caso do ambientalismo "profundo" é mais complexo ainda porque muitas de suas expressões manifestam uma espiritualidade que o aproxima de "delta" (conforme veremos mais a frente). Sem poder estendermos muito mais sobre este ponto, mas considerando que a radicalização biocêntrica da *deep ecology* (especialmente no Primeiro Mundo) tem levado às pessoas e os movimentos à prestar pouca ou nenhuma atenção à questões sociais e políticas, assumindo assim indiretamente o individualismo dominante na sociedade, nos inclinamos, portanto, por enquadrá-los maioritariamente em "gama" e minoritariamente em "delta".

A vertente "Gama" constitui um avanço evolutivo em direção a um maior equilíbrio ético dos vários aspectos envolvidos nas relações homem-natureza-sociedade, especialmente daqueles oferecidos pelo antropocentrismo de "alfa", mas estabelece um certo impasse em relação ao progresso obtido por "beta". Neste sentido, é fundamental observar que "gama" e "beta" se desenvolvem por linhas diferentes, ambos enriquecem suas visões por um lado, mas as empobrecem por outro. Assim como as expressões que se enquadram em "alfa" radicalizam o princípio

da exclusão do homem em ambas as dimensões (na natureza e na sociedade), as de "beta" questionam este princípio apenas na sociedade e, inversamente, as de "gama" o questionam apenas na natureza. Da perspectiva deste trabalho, embora "beta" e "gama" representem momentos evolutivos que se distanciam igualmente do realismo dominante de "alfa", ambas as posições devem ser qualificadas como incompletas (e o mesmo haverá de acontecer com "delta", ainda que esta represente um momento evolutivo de grande complexidade).

Vale a pena observar que as três tendências apresentadas até o momento encontram, na ciência, argumentos válidos para se apoiar. Embora os aspectos evolutivos da ética ecológica apontem num sentido contrário ao realismo e ao positivismo, ainda dominantes, no campo das ciências (fato que certamente outorga a "alfa" um maior reconhecimento), são cada vez mais abundantes as hipóteses, surgidas de novos paradigmas e/ou de raízes transdisciplinares ecologizadas, que contrariando as verdades estabelecidas justificam a importância dos pressupostos de "beta" e "gama". Parece evidente, por outro lado, que no caso da ética ecológica suas preocupações com questões objetivas de outras dimensões não estritamente humanas recomendam fortemente sua compatibilização com as ciências (que não quer dizer, obviamente, que a ciência tenha verdades únicas para oferecer e, portanto, a ética ecológica deva subordinar-se à ela). A ética ecológica não poderia expandir-se afirmando valores anti-científicos, mas a humanidade tem a ciência que corresponde à sua condição civilizatória e não vice-versa; em conseqüência, assim como o *ethos* dominante no mundo contemporâneo é individualista e antropocêntrico, do mesmo modo as academias de ciências são bem "disciplinadas" e ainda se interessam pouco pela integração e unificação das leis que regem a matéria, a vida, a sociedade e a mente (Laszlo, 1987). A evolução da ética-ecológica, que se interessa por essa integração, deverá então ser acompanhada pela "despositivização" da ciência para que possam caminhar juntas. O desenvolvimento da própria ciência também exige estas mudanças, através de um equilíbro maior entre inteligência e intuição, entre matéria e espírito (D'Amato, 1981).

Os sinais da ética-ecológica são bifrontes como Jano: apontam simultaneamente ao presente, registrando os mais recentes e avançados conhecimentos científicos, e ao passado, recuperando a sabedoria espiritual da humanidade. A sua compreensão nos obriga ao esforço conceptual de pensa-la como um "arco-íris", com a luz de uma cor saindo da ciência e a luz de outra cor da religião (Ruyer, 1989; Sahtouris, 1991). "Arco-íris" que é uma metáfora perfeita do desenvolvimento multissetorial do ambientalismo *vital* (que, como vimos anteriormente, não está plenamente realizado), assim como de sua contraparte ética que, em seu momento "ômega", representa a integração de diversos aspectos do *ethos* ecológico que vem evoluindo de forma mais ou menos divergente (sendo assumidos também pelos diversos setores do ambientalismo de forma diferenciada).

Porém, antes de entrarmos em "ômega", analisemos "delta". Esta última vertente é mais complexa que as anteriores porque sua dupla característica biocêntrica-comunitária contraria abertamente à expressão mais realista do quadro representada por "alfa". "Delta" é uma vertente fortemente espiritualizada e utópica da ética-ecológica, muito próxima de uma cosmovisão pré-moderna, em contraste com as outras que sintonizam claramente com a modernidade. "Delta" se inscreve mais dentro das tradições religiosas ou filosóficas do que na ciência porque define valores e comportamentos, próprios de uma concepção finalista (teleológica), que contrariam aspectos inegáveis da realidade moderna estruturados em torno do privilégio ético-ontológico do homem. Embora o ambientalismo de "delta" possa alcançar alguma expressividade através de concepções e práticas monásticas (Roszak, 1985), certamente esta vertente não tem nenhuma condição de projetar-se na realidade, em pequena ou grande escala, no contexto civilizatório atual, a não ser contando com a ajuda (externa) de atores governamentais ou econômicos (que em si mesmos não participam dos valores "delta") (Eckersley, 1992). Uma ética inspirada na fraternidade e na igualdade, de aplicação tanto na sociedade como na natureza,

exige uma temperança e um sacrifício inspirado na ética do amor radical de Cristo no **Sermão da Montanha**, que não são possíveis (nem de imaginar) para a maior parte da população do planeta (Tolstoi, 1994). Esta vertente se coloca claramente na contramão do processo de secularização moderno na medida que reivindica o caráter sagrado de todos e, cada um dos seres deste mundo, e portanto a necessidade de uma total preservação de indivíduos e ecossistemas. Embora "delta" tenha raízes antigas, o encontro explícito com a teologia vem se dando e fortalecendo recentemente nos últimos anos (Capra e Steindl-Rast, 1993; Boff, 1993). Uma última observação interessante sobre esta vertente é que ela pode encontrar um terreno propício para seu desenvolvimento no Terceiro Mundo, tanto em função da importância do vínculo entre as crises social e ambiental nos países "não-desenvolvidos", como pela evidente maior religiosidade e demanda de justiça social por parte das populações desses países, comparadas com as dos países "desenvolvidos" (Gudynas, 1990).

"Ômega" não é uma vertente da ética-ecológica, senão um *axis* que dá sentido integrador e sinérgico à "alfa", "beta", "gama" e "delta". Mais que uma vertente, "ômega" (parafraseando a Teilhard de Chardin) é o eixo ou ponto de consciência superior que ilumina o duplo e único caminho evolutivo (material-espiritual) da humanidade. Por ser, a rigor, uma meta ética, "ômega" não supõe a hegemonia ou prioridade de determinados modelos, valores ou práticas, senão o equilíbro e integração entre todas elas, de modo tal a poderem potencializar-se sinergicamente. "Ômega" poderia também ser interpretada como a matriz civilizatória correspondente ao conceito de "época axial", que faz referência a períodos nos quais diferentes culturas, inicialmente isoladas, ao interagir não produzem conflitos ou assimetrias senão aproximações de alta sinergia, sem por isso perderem os principais traços de suas identidades de origem (Jaspers, 1976; Boulding, 1991). "Ômega" é um núcleo de inteligibilidade para o eterno movimento de diversificação e unificação que opera na realidade, que permite compreender a su-

perioridade evolutiva da cooperação e complementação em relação à oposição e ao conflito. Uma outra tradução de "ômega" é *Tao*.

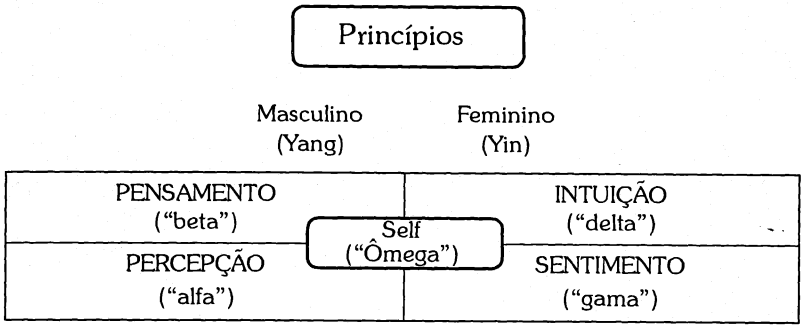
A dimensão vivencial-psicológica do ambientalismo vital

Trataremos agora de encontrar um caminho original no campo vivencial-psicológico para repensar a evolução histórico-social-ética do ambientalismo apresentado nas duas seções anteriores. Mas antes um comentário epistemológico. Comecemos por lembrar que a historia do descobrimento das questões científicas fecundas indica que muitas vezes elas foram encontradas colocando em contato diferentes terrenos do conhecimento (que o positivismo dominante teria desejado separar definitivamente) (Prigogine, 1980). Embora estejamos procurando uma integração entre modelos pensados originalmente para descrever campos diferentes, não pretendemos atingir uma integração perfeita. Nem poderíamos, até porque não foi atingida uma integração perfeita nem entre campos diferentes da física que descrevem fenômenos no mesmo nível da realidade (Grof, 1987). Seria, portanto, uma pretensão epistemologicamente descabida (pelo menos no atual momento) procurar uma síntese conceptual acabada na análise de dimensões diferentes. Entretanto, é possível a aplicação de certos princípios ou modelos gerais a domínios diferentes, ainda que tomem uma forma específica diversa em cada domínio. (Exemplos importantes de intentos deste tipo são: Prigogine, 1980 e Thom, 1975).

Partindo de sua experiência médica e com o transporte de uma notável erudição nas esferas da mitologia e artes universais, Jung (1984) desenvolveu no princípio do século uma tipologia psicológica que se aproxima sugestivamente das vertentes "alfa", "beta, "gama" e "delta" antes caraterizadas. Como se observará a seguir, encontraremos semelhanças altamente significativas, embora sem uma integração perfeita ou superposição acabada entre as categorias de um e outro modelo ou tipologia.

De forma sucinta, as quatro funções psicológicas descritas por Jung podem ser apresentadas de forma inter-relacionada (entre elas e com as vertentes da ética-ecológica) no seguinte quadro:

QUADRO II – Funções Psicológicas



Essas quatro funções psicológicas correspondem aos meios evidentes pelos quais obtemos orientação e dirigimos nossa experiência. O tipo humano "percepção" apreende e privilegia o ser momentâneo e manifesto das coisas, o aqui e agora, o que todos podem perceber concretamente. Por estar fortemente centrado na sensação ("Se não vejo, não acredito"), chega a ser o tipo mais realista ("sensato") e o que mais nega o fator subjetivo e utópico. É hedonista e, na sua expressão mais desenvolvida, pode transformar-se num fino esteta que recobre a realidade com um sedimento de experiência tradicional e antiga. Explica o presente pelo passado. Seu motor para as mudanças está na força das coisas, a partir das quais fundamenta seu "dever ser". A descrição deste tipo sugere fortemente sua equivalência com "alfa".

O tipo "pensamento" capta a realidade na medida que pode conceptualizá-la ("Se não acredito, não vejo"). Manifesta duas alternativas diferenciadas: uma delas prefere ater-se aos fatos com escassas hipóteses prévias (variante indutivista); a outra procura impor aos fatos sua imagem subjetiva (variante dedutivista). A primeira tende a perder-se na acumulação de fa-

tos empíricos que diluem o sentido e as tendências significativas da realidade, entretanto a segunda pode chegar a desconsiderar os fatos objetivos, escolhendo aqueles que unicamente respondem a sua imagem interior. (Estas alternativas podem exemplificar-se com a mecânica quântica e a teoria da relatividade respectivamente). Embora com menos força que no caso anterior, esta descrição sugere uma correspondência com "beta".

O tipo "sentimento" nutre e protege o que está em desenvolvimento, o que é fraco e diminuído. Preserva a continuidade da vida e estabelece pontes com as gerações futuras. Tende a simpatizar com o orgânico e reprodutivo, mais do que com o mecânico e produtivo. Ainda que tenha facilidade para pensar o que sente, chega a rejeitar as conclusões lógicas se delas resultam uma perturbação do sentimento (tem limites "epistemofílicos" e não epistemo-lógicos do pensamento). Na sua expressão madura se conecta com as novas idéias criadoras e com a evolução espiritual de sua época ("racionalidade sensível"). Neste caso, novamente nos parece que a descrição corresponde fortemente à "gama".

O tipo "intuição" procura novas saídas e possibilidades usando a percepção dos objetos sem orientar-se por eles, senão tomando-os como meros suportes para a intuição (que também pode definir-se como uma "percepção inconsciente"). Tem um fino faro dos germes do futuro, latentes no presente. Como padece de incapacidade comunicativa, é um tipo que ensina mais com sua vida que com suas palavras. Quando usa palavras parece a voz do profeta clamando no deserto: só pode converter ou revelar, já que carece de argumentos para a razão. Chega a ser o tipo menos realista e o que mais afirma o fator subjetivo. Justifica o presente pelo futuro, antepondo o "dever ser" ao que é, já seja para restituir valores, já seja para criá-los. Tão estreitamente como no caso de "alfa" com "percepção", "delta" se corresponde com o tipo "intuição".

Segundo Jung, estas quatro funções psicológicas (paradigmáticas) estão presentes, em distintas proporções, nos

grupos sociais e em cada indivíduo. O comportamento de um indivíduo, por exemplo, está fortemente determinado por sua função dominante (ou mais destacada). Observe-se também que, assim como existe uma função dominante, do mesmo modo existe uma recessiva. Esta última função não pode ser qualquer uma das outras três, senão que depende de qual seja a dominante, com a qual forma um par regularmente determinado. Assim, o tipo perceptivo tem como função menos desenvolvida a intuição, e inversamente, o tipo intuitivo tem mais na "sombra" a função da percepção; de igual forma o tipo pensante tem como função menos desenvolvida o sentimento, no entanto o tipo sentimental apresenta, inversamente, a função do pensamento como menos madura e mais infantil das restantes. Por outro lado, as funções psicológicas também se inter-relacionam por semelhança: sentir e intuir são funções "femininas" ou *yin*, entretanto perceber e pensar são ambas funções "masculinas" ou *yang*.

Da perspectiva deste trabalho, um dos aspectos mais interessantes da abordagem junguiana se refere ao processo de desenvolvimento ou amadurecimento psicológico (ou "individuação", de acordo com uma terminologia junguiana mais precisa). Para Jung o acento não deveria estar colocado em alcançar o virtuosismo nem a especialização de nenhuma das quatro funções, senão o desenvolvimento moderado e equilibrado da maior quantidade possível de funções psicológicas. A autorealização não se consegue no caminho para a perfeição, senão para a completitude. O desenvolvimento unilateral de qualquer das funções implica necessariamente uma diferenciação crescente com as restantes e, particularmente, uma polarização com a função recessiva. Pelo caminho da especialização, funções que em princípio são apenas diferentes tornam-se mutuamente contraditórias, dando origem a problemas e patologias de diferente ordem.

As oposições que se definem no interior da diagonal do quadro II (pensamento-sentimento) e no interior da diagonal (percepção-intuição) são, observando o conjunto das quatro funções, *oposições na semelhança*. Comparadas com as funções da se-

gunda diagonal, pensar e sentir tem como denominador comum uma certa racionalidade julgadora (o pensar julga com seus padrões intelectuais e o sentir julga a partir de seu agrado e desagrado). Simetricamente, perceber e intuir tem em comum aquilo que as distingue do outro par de funções: o não julgamento (elas atuam pressionadas pelas forças objetivas das coisas ou pelas forças subjetivas de sua percepção interna).

A partir desta concepção, para um indivíduo particular o processo de integração e síntese das quatro funções tem uma ordem preferente de realização, segundo seja a que atue como dominante e como secundária. Dado qualquer função dominante, a secundária será aquela que com maior facilidade e imediação se poderá fazer crescer até níveis próximos aos quais se encontra a primeira, dependendo isto de diversos fatores, entre os quais os mais importantes são de gênero, da matriz familiar de origem e do tipo psicológico do meio social. Uma mulher perceptiva, provavelmente terá maior facilidade para integrar a função sentimental (*yin*) que a pensante (*yang*). Igualmente, pode-se suspeitar que no contexto cultural perceptivo dominante do ocidente moderno (dos últimos cinco séculos), os indivíduos sentimentais ou intuitivos (*yin*) terão maiores dificuldades de auto-expressão e realização que aqueles de tipo *yang*.[3]

Em síntese, o processo de amadurecimento ("individuação") Psicológico mapeado por Jung reconhece e demanda a

[3] Resulta oportuno observar a convergência (embora não equivalência total) da análise de Sorokin (1960) com a de Jung. Discutindo as filosofias da história de Spengler, Toynbeee, Northrop e outros autores, Sorokin identifica também quatro tipos fundamentais de culturas e de fases históricas. Ele denomina a estes tipos de ideativo, sensualista, idealista e eclético, caracterizando-os de forma quase semelhante aos chamados por Jung como intuição, percepção, pensamento e sentimento, respectivamente. A época moderna ocidental é caracterizada por Sorokin como predominantemente sensualista, tendo sido precedida por uma fase (medieval) mais ideativa. Além das diferenças entre os vários autores discutidos por Sorokin, chama a atenção a quantidade de dimensões e variáveis colocadas em jogo por eles para discutir os processos de transformação histórica. Essa riqueza e sutileza do debate intelectual da primeira metade deste século, muito se faz desejar nos excessivamente economicistas e politicistas debates da segunda metade do século.

capacidade humana de auto restringir a promoção ou "inflação" da personalidade baseada na função dominante. O caminho correto (não patológico) consiste em promover a "deflação" da personalidade, para extrair energia da função dominante para o desenvolvimento sucessivo das funções secundárias. Entretanto a potencialização da função dominante conduz à diferenciação crescente do conjunto de funções até faze-las mutuamente contraditórias ou ainda inconciliáveis, o caminho inverso facilita a integração e complementação das diferentes funções e aspectos (de um modo equivalente ao descrito na seção anterior para "ômega"). Para realizar a "deflação" do ego (e seus egoismos) é necessário que a consciência se relacione criativamente com o centro, o *Self* (consigo mesmo), e possa operar a partir deste meta-nível respeito das funções específicas. Este meta-nível garante a coesão do conjunto psíquico e tende a dispensar a inibição dos conflitos intra-psíquicos. Antes da integração do *Self*, as oposições e contradições são percebidas como um obstáculo para o desenvolvimento psíquico e como uma ameaça de desagregação; depois de sua integração as polaridades se fazem funcionais ao desenvolvimento, já que elas agora acontecem no interior de um todo que as engloba, perdendo assim seu caráter entrópico. Em termos dinâmicos, considerando que na origem as funções estão pouco polarizadas, o desenvolvimento unilateral de uma função pode estender-se sem maiores conflitos, na medida que o indivíduo com essa especialização não supere sua capacidade de retorno à origem, relativamente indiferenciado. Desta possibilidade de retorno e da criatividade da relação entre a consciência e o *Self* dependem tanto a governabilidade como o crescimento psíquico a longo prazo.

Conclusões

A convergência das concepções junguiana, da vida psíquica, com a bergsoniana, do ambientalismo vital, aqui apresentadas, nos oferecem importantes elementos para: I) aprofundar a compreensão das vertentes éticas do ambientalismo, definindo

um marco que ajuda a interpretar corretamente suas relações (positivas e negativas); e II) aprofundar a compreensão de "ômega", subministrando um meta-nível de base ético-psicológica, a partir do qual as diferenças e conflitos entre os diversos atores e setores do ambientalismo possam ser concebidos e assumidos como interações funcionais ao desenvolvimento do ambientalismo na sua totalidade (e, portanto, benéficos para sua *praxis* ambientalista).

Embora esteja implícito que as convergências descritas até agora (que envolvem os diversos setores do ambientalismo, as vertentes da ética ecológica (do quadro I) e às funções psicológicas (do quadro II)) não autorizam a estabelecer inferências ou determinações diretas ou mecânicas, talvez fosse conveniente esclarecer melhor este ponto. Em determinado setor do ambientalismo pode existir uma tendência ética dominante (acompanhada de uma função psicológica também dominante) que, embora caracterizando a maioria dos atores, não impede que no mesmo setor existam igualmente atores e indivíduos com outros tipos éticos e psicológicos dominantes, em diversas quantidades e proporções. Além do mais, diferentes setores do ambientalismo podem ter uma mesma vertente ética como dominante, apresentando, quando comparados, importantes variações tipológicas (dominantes e secundárias), devido a um grande número de fatores. Também não propomos que onde se dá uma oposição não possa existir concomitantemente semelhanças e complementações. Por isso nos parece necessário ressaltar que, recém, a partir da complexidade duma análise holística ao nível *macro,* acreditamos seja possível fazer inferências e encontrar interrelações pertinentes.

Na seção anterior foi sugerido, por exemplo, que a distinção entre as vertentes antropocêntricas e biocêntricas pode ser re-interpretada como uma distinção *yang-yin* ou "masculino-feminino". Essa indicação amplia o horizonte de compreensão da ética ecológica (e da prática do ambientalismo em geral) porque as relações conflitivas que antes se estabeleciam entre ações ori-

entadas por princípios contrários (inclusão *versus* exclusão), agora têm um marco teórico apropriado para serem pensadas como complementárias. Do mesmo modo, conceber "alfa" e "beta" como *yang* nos revela certas semelhanças entre essas duas tendências, de forma equivalente ao que acontece entre "gama" e "delta" quando re-interpretadas como *yin*. De acordo com a descrição das funções psicológicas, as características comuns da intuição e o sentimento são: a preocupação pelo futuro (expressada como necessidade de preservar a continuidade da vida); a importância dos valores espirituais; e uma certa dificuldade para comunicar "racionalmente" seus argumentos e presupostos. Outrossim, esta visão das variantes biocêntricas como *yin* nos permite entender melhor o processo de evolução do ambientalismo multissetorial, já que ele teria surgido e se consolidado nos anos '50 e '60, num momento de afirmação histórica de valores feministas (os setores ambientalistas da comunidade científica e das não-governamentais que emergiu nesse período era predominantemente "gama"), passando logo por um outro momento (ou "pulsação") mais "alfa-beta" (*yang*), com a emergência e consolidação dos setores ambientalistas pertencentes aos sistemas político e econômico, nos anos '70 e '80. Uma outra "pulsação" *yin* (e início de conclusão de um ciclo completo) pode estar acontecendo agora nos '90 com a hipótese levantada (na seção II deste trabalho) da recente e tardia emergência de um setor ambientalista de raiz religiosa (e mais "terceiro mundista" também), que seria preferencialmente "delta".

Em função de uma necessidade social "primária" que cada indivíduo, grupo social ou ator tem de afirmar sua identidade, quando um setor de ambientalismo se assume preferencialmente como "alfa", "beta", "gama" ou "delta", sua "primeira" reação é reforçar a diferenciação com cada uma das outras três expressões restantes. Mas, embora um setor de ambientalismo no qual a vertente "delta" fosse predominante tenderia à diferenciar-se tanto de "alfa" e "beta" como de "gama"; isto não aconteceria no mesmo grau e forma em relação a cada uma delas. A dinâmica apresentada no quadro I permite deduzir que "delta"

faria sua maior diferenciação (e, portanto, polarização) com "alfa", e não tanto com as outras duas (vice-versa seria a mesma coisa). Para ilustrar melhor o ponto, imaginemos um diálogo típico. Os "alfa" diriam: "Vocês, os ambientalistas radicais são utópicos e sonhadores, nós somos realistas e queremos apenas introduzir as reformas ambientais que o sistema tolera e poderia suportar sem sofrer discontinuidades". Os "delta", subindo o tom da voz, responderiam o seguinte: "Vocês chamam realismo a caminhar para a frente olhando para trás; quem de nós é mais realista se olharmos o presente de cara para o futuro?".

Neste tipo de diálogo permanece implícito que aqueles mais marcados por "delta" baseiam seus diagnósticos nos piores sintomas da situação atual e, a partir desses, prenunciam cenários catastróficos, se não se fizessem mudanças estruturais e profundas a curto prazo. Para poder efetivar estas mudanças não seria suficiente a "ambientalização" do paradigma (teórico-científico-ético) vigente, senão seria necessário substituir o "velho" paradigma por um "novo" e fazer com que as mudanças se derivem deste último ao invés do anterior. Nada ameaçaria mais àqueles enquadrados em "alfa" que esta perspectiva de "cirurgia sem anestesia". O quadro I não oferece nenhuma interpretação alternativa a esta, na medida que, sendo "alfa", individualista e antropocêntrica (duplamente determinada pelo princípio da exclusão), e "delta", comunitária e biocêntrica (da mesma forma, duplamente determinada pelo princípio da inclusão), elas não parecem ter características em comum. A riqueza da convergência com a tipologia junguiana se faz patente no momento que percebemos que o quadro II nos permite encontrar uma semelhança subjacente entre "alfa" e "delta": de algum modo ambos são tipos "fausticos" (Goethe faz dizer a Fausto: "*Im Anfang war die Tat* "[4]). Para ambos o agir é muito mais importante do que para "beta" e "gama". "Alfa" não muda seriamente sua atitude até que a força da realidade objetiva o obrigue; "delta" se esforça em ser fiel a sua visão subjetiva corretora até que na realidade objetiva se manifestem todas as mudanças que acre-

[4] "Era no inicio a Ação".

dita serem necessárias. Deste modo, as interações entre ambas tendências operam freqüentemente no terreno irracional de fatos consumados; cada posição é de "Im-posição". Precisamente, esta semelhança subjacente dificulta enormemente o diálogo "não-corporal" entre "alfa" e "delta", promovendo constantemente um conflito entre suas ações diretas. Se as duas tendências fossem matizadas pelo sentimento, a luta "corporal" se transformaria em abraço sensível; se fossem matizadas pelo pensamento, poderiam comunicar-se racionalmente. Pode-se deduzir do anterior uma alternativa impensada pela abordagem expressada no quadro I. Com efeito, podemos supor que no caso de que os sintomas da crise ecológica resultem evidentes para as grandes massas da população, pode-se chegar a plasmar uma interação positiva entre atores "alfa" e "delta", na medida que a própria realidade passaria a "agir" mais forte que ambos, obrigando-os assim a desenvolver suas funções secundárias, as quais poderiam facilitar sua aproximação. Registremos que esta "aliança" é estratégica porque fecha o círculo da evolução ética do ambientalismo multissetorial-vital (em ocasião anterior já tínhamos comentado que o eventual agravamento da crise ecológica global coincidiria com o desenvolvimento do setor religioso do ambientalismo, criando a oportunidade de uma transfiguração civilizatória).

Em relação à "beta" e "gama", por serem "híbridas", (resultado de cruzamentos entre os princípios da inclusão e da exclusão) e, terem como dominantes funções relativamente secundárias no atual momento civilizatório (sem o grau de oposição que "delta" encontra em "alfa", por exemplo), elas têm um amplo campo de articulações inter-setoriais. Não há porque estranharmos, então, uma eventual realização de alianças entre "gama" e "alfa" (facilitadas por sua comum orientação individualista) em torno de conceitos e estratégias de "desenvolvimento sustentável" que atendam basicamente às suas respectivas necessidades. Essa aproximação, por sua vez, deixaria o caminho livre para uma interação maior entre "beta" e "delta", no terreno comum que oferece sua perspectiva igualitária (por exem-

plo, em torno da defesa das comunidades indígenas, ou de um ecologismo (espiritual) preferencial pelos pobres (Martínez-Alier, 1992; Boff, 1993))

A guisa de conclusão. Cada ator e setor do ambientalismo tem traços comuns com o conjunto dos outros atores e setores, sendo a diferente proporção destes traços "alfa", "beta", "gama" e "delta", e a dominância de um deles, o que define sua identidade ética concreta e, por sua vez, o diferencia dos outros. Por outro lado, retomando as conceptualizações de "ômega" (e o *self*), é possível afirmar, *do ponto de vista evolutivo*, a existência de dois níveis ou orientações *internas* em cada uma destas identidades: um *inferior* e outro *superior* (ou meta-nível). Os quais se definem basicamente a partir das atitudes prevalecentes em cada ator e/ou setor frente às divergências e conflitos com os demais, dentro de um amplo espectro de alternativas que, num extremo prioriza entropicamente à *parte* e no outro extremo prioriza sinergicamente ao *todo*. Intentar colonizar ou impor-se ao resto, são exemplos de interações negativas, próprias do nível inferior de cada ator. Pelo contrário, quando um ator, sem deixar de afirmar sua identidade, tem ao mesmo tempo consciência (direta ou indireta) de pertencer a um todo maior, podendo assim desapegar-se parcialmente de sua identidade para aproximar-se sinérgica e cooperativamente a esse todo, diremos então que esse ator se situa num nível superior ou que se orienta por "ômega". Resumindo, todo ator "alfa", "beta", "gama" e "delta", tem a potencialidade e oportunidade de desenvolver suas atividades em dois níveis. A principal característica de um ator, quando se situa no nível "ômega", reside na sua capacidade para construir as "pontes" que comunicam e permitem interagir positivamente com o conjunto de elementos que compõem o ambientalismo, potencializando assim sua *praxis* global.. De acordo com isto, **a mais importante conclusão a fazer é que não existe nenhuma vertente ética, ator ou setor particular que, *a priori* e unilateralmente, seja melhor ou pior que outro para atender à crise ecológica-civilizatória**. A perspectiva teórico-prática do **ambientalismo**

vital aqui elaborada supõe uma forte rejeição do paradigma apriorístico-determinista que reina nas ciências sociais, que nos acostumou a encontrar virtudes e defeitos ontológicos (**em si**), em cada um dos elementos de seu universo (sejam estes proletários ou burgueses; democratas ou autocratas; conservadores ou revolucionários; sociedade civil, mercado ou estado; capitalistas ou socialistas; pobres ou ricos; desenvolvidos ou não-desenvolvidos; etc.). **Independentemente de seu nível inferior, são as atividades no nível "ômega" as que definem a "bondade" do ator, dando o caráter *multissetorial-vital* ao ambientalismo.**

Devemos voltar a lembrar que cada setor e ator do ambientalismo tem um papel a cumprir na evolução do conjunto, por isso estamos longe de sugerir a homogeneização de identidades ou vertentes, pretendendo que os diversos atores e setores ambientalistas se "convertam" em "ômega" *full-time*. Isso suporia o contra-senso de adjudicar uma consciência universal sem fissuras (supra-individual) a atores individuais e/ou confundir os pressupostos da interpretação da dinâmica histórica com os da produção da própria história. Todas as vertentes éticas e todos os setores do ambientalismo são igualmente necessários. **O que realmente é necessário é que os atores se desempenhem nos dois níveis (superior e inferior) em cada um dos setores do ambientalismo: científico, social (ou não-governamental), político, econômico e religioso. Assim, no nível inferior, constrõem-se as "pontes" entre a parte ambientalizada e não-ambientalizada de cada setor, entretanto, no nível superior ("ômega"), fazem-se as "pontes" entre os setores ambientalizados (no interior do ambientalismo multissetorial) e entre a humanidade não-ambientalizada e o ambientalismo multissetorial.**

A rigor, "ômega" não é uma consciência nem um ator. É um "estado de espírito" que, como a verdade e o amor, devem recriar-se permanentemente para existir.

Referências bibliográficas

BERGSON, Henri. 1946. *Las dos fuentes de la Moral y la Religión*. Buenos Aires, Sudamericana.

BOFF, Leonardo. 1993. *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade: A Emergência de um Novo Paradigma*. São Paulo : Atica.

BOOKCHIN, M. 1980. *Toward an Ecological Society*. Montreal : Black Rose.

_____. 1982. *The Ecology of Freedom: The Emergence and Dissolution of Hierarchy*. Palo Alto : Cheshire.

BOULDING, Elise. 1991. "The Old and New Transnationalism: In Evolutionary Perspective". *Human Relations*, v. 44, n. 8.

BROWN, Lester R. (Org.). 1993. *Qualidade de Vida-1993: Salve o Planeta!* São Paulo : Globo.

CALDWELL, Lynton K. 1990. *International Environmental Policy*. Londres : Duke University Press.

CAPRA, F. e STEINDL-RAST, D. 1993. *Pertencendo ao Universo Explorações nas Fronteiras da Ciência e da Espiritualidade*. São Paulo : Cultrix.

D'AMATO, José Luis. 1981. "Bergson y la Ciencia Actual". *Mutantia*, n.4.

DEVALL, B. e SESSIONS, G. 1985. *Deep Ecology*. Salt Lake City : Peregrine Smith.

DRUCKER, Peter F. 1989. *As Novas Realidades*. São Paulo : Pioneira.

DRYZEK, J. S. e LESTER, J. P. 1989. "Alternative Views of Enviromental Politics". In: LESTER, J. P. (Org.) *Environmental Politics and Policy*. Durham : Duke University Press.

DURRELL, Lee. 1986. *Gaia: El Futuro del Arca*. Madrid : Blume.

ECKERSLEY, Robyn. 1992. *Enviornmentalism and Political Theory: Toward an Ecocentric Approach*. Albany : SUNY.

GROF, Stanislav. 1987. *Além do Cérebro: Nascimento, Morte e Transcendência em Psicoterapia*. São Paulo : McGraw-Hill.

GUDYNAS, E. 1990. "The Search for an Ethic of Sustainable Development in Latin America". In: ENGEL J. R. e ENGEL, J. G. (Orgs.). *Ethics of Environment and Development: Global Challenge, International Response*. Tucson : The University of Arizona Press.

GUHA, R. 1990. "Toward a Cross-Cultural Environmental Ethic". *Alternatives*, v. 15, n. 4.

HABERMAS, J. 1973. *Theory and Practice*. Boston : Beacon Press.

HARDIN, G. 1974. "Living on a Lifeboat". *Bioscience*, v. 24, n. 20.

INGLEHART, R. 1990. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton : Princeton University Press.

JASPERS, Karl. 1976. *The Origin and Goal of History*. Westport : Greenwood Press

JUNG, Carl G. 1984. *Tipos Psicológicos* (Obras Completas, v. 6). Petrópolis : Vozes.

LASZLO, Ervin. 1987. *Evolution: The Grand Synthesis*. Boston : New Science Library.

LEIS, Héctor Ricardo. 1992a. "Ética Ecológica: Análise Conceitual e Histórica de sua Evolução". In: A. A. V V. *Reflexão Cristã sobre o Meio Ambiente*. São Paulo : Loyola.

_____. 1992b."Ética, Religião e Ambientalismo: Uma Visão Evolutiva". *Comunicações do ISER*, n.43, Ano 11.

_____. 1993. "Ambientalismo e Relações Internacionais na Rio-92". *Lua Nova*, n. 31.

MARTÍNEZ-ALIER, J. 1992. *De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular*. Barcelona : Icaria.

McCLOSKEY, H. J. 1983. *Ecological Ethics and Politics*. Totowa, Rowman and Littlefield

McCORMICK, John. 1992. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará.

NASH, R. F. 1989. *The Rights of Nature*. Madison : The University of Wisconsin Press.

PRIGOGINE, I. 1980. *From Being to Becoming: Time and Complexity in the Physical Sciences*. San Francisco : W. H. Freeman.

REGAN, T. 1983. *The Case for Animal Rights*. New York, Random House.

ROSZAK, T. 1973. *Where the Wasteland Ends: Politics and Transcendence in Post-industrial Society*. New York : Doubleday.

ROSZAK, T. 1985. *Persona/Planeta*. Barcelona : Kairos.

RUYER, R. 1989. *A Gnose de Princeton*. São Paulo : Cultrix.

SAHTOURIS, Elisabeth. 1991. *Gaia: Do Caos ao Cosmos*. São Paulo : Interação.

SCHMIDHEINY, Stephan. 1992. *Changing Course*. Cambridge : MIT Press.

SIMMONS, I. G. 1993. *Interpreting Nature: Cultural Constructions of the Environment*. Londres : Routledge.

SOROKIN, Pitirim A. 1960. *Las Filosofías Sociales de Nuestra Época de Crisis*. Madrid : Aguilar.

SPRETNAK, Charlene e CAPRA, Fritjof. 1986. *Green Politics*. Santa Fe, Bear & Company.

THOM, R. 1975. *Structural Stability and Morphogenesis*. Reading, Benjamin.

TOLSTOI, Leon. 1994. *O Reino de Deus está en Vós*. Rio de Janeiro : Editora Rosa dos Tempos.

TOYNBEE, Arnold J. 1985. *Estudio de la Historia*. México : Planeta, v. II.

VIOLA, Eduardo J. 1992. "O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991): Da Denúncia e Conscientização Pública para a Institucionalização e o Desenvolvimento Sustentável". In: GOLDENBERG, M. (Org.) *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro : Revan.

VIOLA, Eduardo J. e BOEIRA, S. 1990. "A Emergência do Ambientalismo Complexo-Multissetorial no Brasil (Particularmente na Microregião de Florianópolis". In: *Universidade e Sociedade face a Política Ambiental Brasileira*. Brasília : IBAMA.

VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor R.. 1991. "Desordem Global da Biosfera e Nova Ordem Internacional: O Papel Organizador do Ecologismo". In: LEIS, Héctor R. *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro : Vozes.

_____. 1992. "A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-91: Do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo orientado para o Desenvolvimento Sustentável". In: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo F. (Orgs.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas : Ed. UNICAMP.

_____. 1993. "O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para alem da Rio-92: O Desafio de uma Estratégia Globalista Viável". Brasília.

WORSTER, D. 1977. *Nature's Economy: The Roots of Ecology*. San Francisco : Sierra Club Books.

YOUNG, J. 1990. *Sustaining the Earth*. Cambridge : Harvard University Press.